



MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2016.

Nº. 22/2016

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito, Paulo Jorge Maria do Nascimento e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, na qualidade de Vereadores.

Conforme pedido apresentado pelo Sr. Vereador Carlos Alberto Camacho Pereira, foi justificada a sua falta à reunião anterior.

ABERTURA DOS TRABALHOS

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente da Câmara, declarada aberta a reunião pelas 14,45 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Apresentou o Sr. Vereador António José de Brito a seguinte proposta:

“Os alunos do 2º. e 3º. Ciclos e do Ensino Secundário que frequentam escolas em Castro Verde têm horários sem atividade letiva nas tardes de quarta-feira.

Para os alunos da vila de Castro Verde e das freguesias de Entradas e Santa Bárbara de Padrões (para onde está assegurado transporte da Rodoviária do Alentejo) é possível regressar à respetiva residência a meio do dia e tirar partido desse período sem aulas.

No caso de **São Marcos da Ataboeira**, o transporte escolar assegurado pela Câmara Municipal não é assegurado ao meio do dia e, portanto, cerca de **15 alunos** da EB 2,3 António F. Colaço e da Escola Secundária de Castro Verde têm de permanecer toda a tarde na vila de Castro Verde, aguardando pelo respetivo transporte às 17h40.

Considerando que se trata de um único dia por semana e que a Câmara Municipal disponibiliza para os mais diversos fins os seus autocarros, entendemos que está inteiramente ao seu alcance a criação de uma solução para as crianças e jovens de São Marcos da Ataboeira.

Nesse sentido, propomos que a Câmara Municipal assegure a partir do mês de Novembro, todas as quartas feiras nos períodos escolares, um serviço de transporte para os estudantes de São Marcos da Ataboeira com partida de Castro Verde às 13h30.

Estamos certos que todos partilhamos a convicção de que é necessário inverter a crescente desertificação humana das pequenas aldeias e montes. Nesse sentido, são precisas medidas concretas que, por mais simples que sejam, deem um contributo para inverter esse quadro.

A proposta aqui apresentada é uma medida concreta e está perfeitamente ao alcance da Câmara Municipal. Acreditamos que irá ser adotada.”

O Sr. Presidente da Câmara registou o proposto, informando contudo que é um assunto que já foi abordado em várias reuniões com os respetivos pais e encarregados de educação, que os alunos em causa têm aulas de apoio escolar na tarde da 4ª. feira e que se as usufríssem a situação não se colocava, embora os mesmos na prática não fiquem em Castro Verde nesse período arranjando soluções alternativas de transporte.

Lembrou contudo que há que ter em atenção as implicações que um transporte escolar acarreta e a logística inerente.

Questionou depois o Vereador António José de Brito o ponto da situação acerca da proposta que apresentou relativa ao aumento do apoio financeiro aos Bombeiros Voluntários, pelo facto de verificar que o Orçamento do próximo ano contempla uma verba idêntica à concedida no ano em curso.

O Sr. Presidente informou que a atribuição dos subsídios é habitualmente avaliada no final de cada ano civil, decorrente dos ajustes que são necessários de harmonia com a situação das diversas associações desportivas, culturais e sociais em termos das suas atividades, pelo que a situação dos bombeiros estava em análise.

ORDEM DO DIA

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e nominalmente, não tendo participado na votação os Srs. Vereadores Paulo Jorge Nascimento e **Carlos Alberto Guerreiro Pereira**, por não terem estado presentes.

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

1. - Expediente:

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- “E - mails” do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português dando conhecimento das perguntas que colocou ao Governo, na sequência de reuniões que realizou neste concelho, sobre as seguintes questões: “Medidas de apoio à economia no âmbito do

Programa Operacional Alentejo 2020” e sobre as “Necessidades de intervenção e de recursos humanos no Agrupamento de Escolas de Castro Verde”; e acerca do seu projeto de Lei nº. 310/XIII-2ª. (aplicação do Novo Regime de Arrendamento Urbano para os arrendatários com rendimento anual bruto corrigido inferior a cinco Retribuições Mínimas Nacionais Anuais para os arrendatários com idade igual ou superior a 65 anos ou com deficiência igual ou superior a 60% e para o arrendamento não habitacional).

- Carta do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre o seu projeto de resolução que “Recomenda ao Governo a consagração da via longitudinal de Portugal - EN2 e a sua valorização.”

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1. - Apreciação e votação das propostas do Orçamento e Opções do Plano para o ano de 2017:

Submeteu o Senhor Presidente a apreciação da Câmara as propostas das Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2017, tecendo o mesmo as seguintes considerações relativamente aos documentos previsionais em apreciação, assim como em relação aos contributos apresentados pelos Vereadores do PS para as Grandes Opções do Plano:

“As GOP’s e o Orçamento Municipal para 2017 foram preparados num contexto “sui generis”, onde o enquadramento e as premissas base são praticamente desconhecidas:

Em 1º lugar, o Orçamento de Estado para 2017 ainda não foi discutido e muito menos aprovado e a proposta apresentada na Assembleia da República consigna apenas um aumento do FEF da ordem dos 2,9 %, o que conduzirá mais uma vez ao não cumprimento da Lei das Finanças Locais;

Em 2º lugar, o PORTUGAL 2020 e os Fundos Comunitários continuam envoltos num nevoeiro cerrado e as perspetivas temporais para a elaboração, entrega, apreciação e aprovação de candidaturas continuam remotas e a sua concretização efetiva ainda mais problemática.

E como sabem estas constituem as principais fontes da receita da Câmara Municipal!

Acrescem as notícias e anúncios de intenções de transferências de novas competências para as autarquias locais.

Acresce ainda a recente publicação do “Novo Sistema de Contabilidade das Autarquias” que entra em vigor a 1 de janeiro próximo (na mesma data em que esta proposta de Orçamento também entrará em vigor) e sobre a qual desconhecemos quase tudo e ainda não existem programas informáticos adaptados e minimamente testados!

Posto isto, e não é pouco, elaboramos esta proposta de GOP’s e Orçamento para 2017 partindo do balanço e avaliação da atividade desenvolvida tendo como referência o programa eleitoral da CDU, sufragado maioritariamente nas últimas eleições autárquicas, as Opções do Plano e Orçamento aprovados para 2014, 2015 e 2016 e os contributos recolhidos no quadro da metodologia participativa habitual:

- Reuniões e recolha de contributos dos serviços municipais;
- Recolha de contributos do executivo municipal (Os vereadores do PS, em resposta à nossa solicitação, remeteram as suas propostas por mail de 23 de Setembro e, sobre elas, voltarei mais à frente);
- Reuniões e recolha de propostas e contributos com os executivos das Juntas de Freguesia;

- Reuniões descentralizadas com as populações do concelho – Sta. Bárbara de Padrões (3/10/16 às 18H), Castro Verde/Casével (3/10/16 às 21H), Entradas (4/10/16 às 18H) e S. Marcos da Ataboeira (4/10/16 às 21H).

Procuramos assim definir um quadro de partida realista em termos de receita municipal e, posteriormente, de acordo com as opções estratégicas sufragadas e a observância dos princípios orçamentais básicos (equilíbrio orçamental, taxa de execução da receita > 85%, limite das despesas com pessoal, etc.), as ações e Investimentos mais significativos a incluir nas GOP's e Orçamento para 2017.

1 - RECEITA

1.1 - Impostos Diretos

Taxas do IMI: Como em 2016, foram aprovadas as taxas mais baixas que a lei faculta (0,3%);

Participação Variável no IRS → Propostas idênticas às do ano de 2015 = 0%

Taxas da Derrama sobre o IRC → Idênticas às do ano de 2015 –

Em 2015, recebemos cerca de 600 mil euros e em 2016, até 31/08, exatamente 85.599,72 €. Longe estão os tempos dos milhões que alguns apregoam ... e que, segundo dizem, desperdiçamos ...

A quebra brutal do valor da derrama, para além da necessidade imperativa do controlo e contenção de gastos correntes e do esforço de criatividade para evitar cortes nas ações programadas contribuiu significativamente para a tendência de

(DES)Equilíbrio Orçamental das correntes

para o qual contribuiu também de forma significativa, a diminuição do valor da “componente fixa” da faturação do fornecimento de água “em alta” pela AgdA (classificada como despesa de capital) e correspondente aumento da “componente variável”.

De forma realista estima-se uma receita de ± 1.700.000,00 € em termos de Impostos Directos.

1.2 – Participação da autarquia nos Impostos do Estado

As transferências para o Município de Castro Verde foram consignadas com base no Mapa XIX, anexo à proposta de OE para 2017. Representam um total de **± 5.794.000,00 €** (correntes e capital), ou seja um aumento de 2,88% sobre os valores de 2016.

1.3 – Rendimentos de Propriedade e Venda de Bens e Serviços

Para estes capítulos da Receita concorrem as rendas das habitações e outros espaços alugados pelo Município a particulares, os “terrados” dos Mercados e Feiras, as receitas do Parque de Campismo ... e a venda de bens e serviços.

Neste caso, assumem um papel significativo as receitas provenientes da venda de água aos munícipes e de referir o aumento que se verificou em 2016, decorrente da **revisão dos regulamentos de água, saneamento e resíduos**, e respetivos tarifários, aprovados pela Câmara Municipal em 19/12/2015.

Para 2017, propomos a atualização dos tarifários nos termos dos diversos regulamentos municipais, isto é, através da aplicação do índice de inflação.

Globalmente estimámos a receita do capítulo Rendimentos de propriedade em ± 428.500,00 € e a receita proveniente da Venda de Bens e Serviços em ± 1.300.000,00 €.

1.4 - Fundos Comunitários – PORTUGAL 2020

○ INVESTIMENTO TERRITORIAL INTEGRADO DO BAIXO ALENTEJO

No Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial contratualizado com a CIMBAL, os montantes alocados ao município de Castro Verde rondarão o milhão e novecentos mil euros, ou seja cerca do 1/3 das verbas recebidas no anterior quadro comunitário.

Penso que não vale a pena fazer muitos comentários a não ser que, para além dos valores caricatos, o pior é o facto das áreas de possíveis candidaturas não se adequarem minimamente as necessidades objetivas das autarquias e da região:

Estão de fora as estradas, as redes de águas e esgotos “em Baixa” (?) e tantas outras “coisas” que reputamos essenciais, nomeadamente os equipamentos e infraestruturas, anteriormente co-financiados, mas que necessitam de novos investimentos para conservação e requalificação. (Pela atitude da EU, até parece que é matéria que não ocorre pela Europa fora...)

Hoje ainda não sabemos se teremos acesso aos Avisos nas prioridades de investimento 8.3- Criação de emprego, 8.8- Apoio ao Desenvolvimento, 9.1- Inclusão Ativa, 9.7- Saúde e Apoio Social e 10.1- Prevenção Abandono Escolar.

E entretanto, as candidaturas que apresentamos na prioridade 6.3-Património Cultural, já esgotaram a verba que nos tinha sido alocada - 390 mil euros!

○ ARU - Área de Regeneração Urbana de Castro Verde + Instrumento financeiro

Foi aprovada a candidatura do PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Castro Verde que inclui um conjunto de intenções de investimento nas prioridades 04.05 - Mobilidade Urbana Sustentável e 06.05 - Reabilitação e Qualidade do Ambiente Urbano, num montante global de 2.350.000,00 €.

Consideramos que para além da aprovação de medidas de incentivo fiscal e apoio municipal no âmbito do PERU (atualmente em processo de consulta pública), para além dos estudos e projetos necessários atualmente em curso, poderemos concretizar investimento em 2017 que poderá representar um co-financiamento de cerca de 675.000,00 €

Muitas das rubricas inscritas no PPAMR e no PPI procuram salvaguardar as hipóteses que julgamos mais viáveis para a apresentação de candidaturas ao PORTUGAL 2020. Espera-se que em 2017, no quadro da reprogramação, o atual governo saiba e consigo consensualizar com a União Europeia um acordo que corresponda às reais necessidades do País em geral e das autarquias em particular.

Para o cálculo estimativo da RECEITA considerou-se a aprovação de um conjunto de candidaturas a Fundos Comunitários no quadro de uma programação físico-financeira exequível, que correspondem a um co-financiamento de cerca de 1.500.000,00 €.

1.5 - Empréstimo(s):

Considerou-se, obviamente, o recurso ao remanescente do crédito não utilizado e contratado em 2016 (900.000,00 €).

Tendo em conta os pressupostos acima referidos considerou-se que o valor global da receita deveria rondar os 12.250.000,00 €.

2 - DESPESA

Neste quadro daremos continuidade à estratégia de atuação definida no ano transato e cujas ações e investimentos mais significativos a incluir nas GOP's para 2017, passo a referir de forma resumida:

- **Manter o apoio e a colaboração com as Freguesias do concelho, tanto a nível das despesas correntes como das de capital para fazer face aos respectivos investimentos**

O disposto nos “Acordos de Execução”, “Contratos Inter-administrativos” e “Acordos de Colaboração”, aprovados em 2014 mantém-se em vigor durante todo o mandato.

Assim, propomos a manutenção dos montantes alocados no ano 2016, com a ressalva sempre assumida e explicitada de que se houver necessidade de reforço das transferências de “capital” decorrentes da iniciativa e capacidade das JF's, a CM dará sempre a cobertura adequada.

Importa referir os investimentos considerados prioritários a nível de cada freguesia, referenciados nas reuniões de trabalho que foram realizadas:

- Castro Verde / Casével:
 - Centro “Multiusos” em Castro Verde.
- Entradas:
 - Casa Mortuária;
 - Rua das Hortas e adjacentes;
 - Arranjo envolvente Escolas e Campo Polivalente.
- Santa Bárbara de Padrões:
 - Rotunda do Corvo;
 - Núcleos museológicos do Lombador e do Corvo;
 - Arranjo do espaço exterior frente à escola de Sta. Bárbara.
- S. Marcos da Ataboeira:
 - Sede da Junta de Freguesia e Pólo da Biblioteca Municipal;
 - Reabilitação da “Escola Velha”;
 - Remodelação do Centro de Convívio de S. Marcos da Ataboeira.

Continuaremos a manifestar a nossa vontade firme na reposição do mapa administrativo do concelho nomeadamente, como fizemos recentemente, no apoio às propostas apresentadas na AR p/ a “criação” das freguesias de Castro Verde e Casével.

- **Manter os níveis de apoio ao movimento associativo do concelho nas suas diferentes áreas de intervenção: proteção civil e segurança, ação social, cultura, desporto e lazer**

- **Manter o acompanhamento do sector da educação e ensino, assumindo, como sempre o fizemos, as nossas responsabilidades – umas delegadas e muitas assumidas de modo próprio.**

Propomo-nos promover a requalificação do Jardim de Infância do CE 1 de Castro Verde

Mais uma vez daremos continuidade à reivindicação junto do Ministério da Educação e Ciência para se iniciarem de imediato as obras de requalificação da Escola Secundária e a renovação do respetivo mobiliário e equipamento.

- **Manter a nossa participação ativa no acompanhamento e gestão dos sistemas “em alta” assegurados pela Agda e pela ResiAlentejo e promovendo as respostas adequadas e possíveis nos sistemas “em baixa” da nossa responsabilidade.**
- **Promoção de políticas ativas no âmbito do PEDU e da ARU/ORU de Castro Verde com vista à regeneração e reabilitação urbanas e à dinamização do mercado de arrendamento habitacional associadas à**
- **Reabilitação do Parque Habitacional do Município;**
- **Reabilitação de arruamentos, estacionamento e outros espaços públicos em Castro Verde no sentido de melhorar e privilegiar a circulação pedonal;**
- **Remodelação das redes de infraestruturas de águas e esgotos em Castro Verde;**
- **Ampliação do cemitério de Castro Verde;**
- **Remodelação do Pavilhão Desportivo Municipal;**
- **Remodelação das Piscinas Municipais no sentido de melhorar a sua eficiência energética;**
- **Remodelação em parceria c/a EDP das redes de IP no sentido de melhorar a sua eficiência energética;**
- **Requalificação do eixo viário Est. de Ourique / Casével / Castro Verde / Sta. Bárbara / Neves e a continuação da conservação/beneficiação dos caminhos agrícolas e vicinais;**
(lançamento do concurso ainda este ano para os troços da EM 508 e CM 1139, com preços de projeto de 1.000.000,00 € e 900.000,00 € respetivamente, o que excedeu em muito os valores que tínhamos previsto).
- **Continuar a implementação do IN Castro – Centro de Ideias e Negócios e de políticas ativas de atração e diversificação de iniciativas empresariais para o concelho;**
- **Concretizar no terreno a ZAE de Castro Verde com vista à sua disponibilização efetiva aos eventuais interessados, para cuja captação, continuaremos a envidar todos os esforços;**

- **Acompanhar, no âmbito da parceria CMCV / AACB / LPN, a candidatura de Castro Verde a Reserva da Biosfera da UNESCO**
- **Cumprir com todos os nossos compromissos em matéria de pagamento de amortização e juros dos empréstimos contraídos.**

A referência explícita a estas ações e iniciativas, não significa menos preocupação ou o abandono da nossa intervenção noutras áreas – e estou a pensar na Educação/Ensino, na Cultura e Desporto, etc. – que constituem já uma “marca distintiva” da prática da Camara Municipal de Castro Verde.

Para podermos ambicionar o sucesso que pretendemos do nosso trabalho em todas estas áreas é imperioso e urgente continuar a motivar os trabalhadores da Autarquia, voltar a ter a possibilidade de reforçar os nossos recursos humanos, estruturar os serviços face aos condicionalismos existentes (e não são poucos), proporcionar a melhoria das instalações e condições de trabalho, tudo isto no quadro das medidas de contenção e racionalização de custos que vimos implementando nos últimos anos.

3 – PROPOSTAS APRESENTADAS PELOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA

Em Democracia não vale tudo. E sobretudo não vale a hipocrisia, a inconsciência e a mentira descarada. E as propostas do PS para 2017 são o somar de um conjunto de atitudes e de declarações demagógicas que pretendem, de tão repetidamente ditas, ser tomadas como verdadeiras.

De forma ligeira o PS de Castro Verde, pelo menos a julgar pelos considerandos dos seus dois Vereadores às propostas que efetuam no âmbito das Grandes Opções do Plano de 2017, deturpa aquela que é a realidade deste concelho e demonstram um profundo desconhecimento do que é o concelho de Castro Verde. Porque considerar que este concelho “regista elevados níveis de envelhecimento, baixa mobilidade e fraco desenvolvimento económico, educacional, social e cultural”, é desconhecer a realidade em que vivemos, recusando, no mínimo olhar para a realidade dos territórios vizinhos como elemento comparativo.

Mas grave é também fazer destas afirmações verdades absolutas e não olhar com respeito para o trabalho que é feito pelas IPSS's do concelho, com o apoio indispensável da Câmara Municipal de Castro Verde, é não conhecer as políticas sociais existentes no âmbito do Cartão Social, é escamotear o trabalho feito pelo movimento associativo e que se reflete em todas as localidades do concelho.

De igual forma, também não deixa de ser assinalável que os senhores Vereadores do PS não entendam que há determinado tipo de políticas que deverão ser assumidas no âmbito das competências do Poder Central, como é o caso da Saúde no âmbito da qual propõem a recorrente Unidade Móvel que, na especificidade territorial e social do nosso concelho começa a ser um simples slogan que, de forma categórica, recusamos.

Contudo, o que mais nos preocupa com este conjunto de propostas é o total desconhecimento do que é gestão, no sentido mais básico do termo, e a forma como apresentam como suas, propostas que, dentro do quadro financeiro e gestionário possível, o Executivo CDU vem desenvolvendo.

Roça o ridículo virem os senhores Vereadores do PS de Castro Verde afirmarem **“assumimos alguma dificuldade em quantificar, no plano orçamental, as propostas aqui apresentadas”**, invocando as contas da Câmara quando, como é sabido, uma coisa não tem nada a ver com outra. Quantificar é mostrar quanto custa um determinado projeto. E apresentar propostas avulso, obrigaria, no mínimo, a ter uma noção da dimensão do investimento e dos recursos necessários para efetuar essas propostas.

Os senhores Vereadores do PS demonstraram que trabalharam muito pouco e o que trazem, mais uma vez, é o já habitual discurso demagógico particularmente conhecido do senhor Vereador António José Brito, que traz uma carteira de obras sem saber de que montantes está a falar.

Quando propõem a construção do Heliporto, segundo as normas obrigatórias do INAC, os senhores vereadores têm consciência dos custos de construção e dos custos de manutenção e funcionamento a que essa estrutura obriga? E entendem esse equipamento como um projeto prioritário para o concelho? Não, claro que não. Seria importante tê-lo, mas há outras prioridades, no nosso entender.

Quanto às restantes propostas, Senhores Vereadores, ao ler o Vosso documento ficou claro que, pelo menos, tiveram oportunidade de ver quais são os projetos que, paulatinamente e dentro de um quadro financeiro responsável, estamos a desenvolver. Reconhecem-nos esse mérito, mas com a diferença que a sua execução deverá ter em conta as nossas capacidades financeiras e, sobretudo, a gestão sustentável do Município.

Pelas propostas que nos fazem não temos a mínima dúvida que estamos perante um momento de falta de imaginação e, sobretudo, da incompreensão básica de que em Democracia quem perde eleições não faz exigências. Dialoga de forma séria e objetiva. E este documento não é um documento sério na forma como se apropria das ideias da CDU de Castro Verde, na forma como escamoteia a realidade financeira necessária para executar de uma só vez todos estes projetos, no discurso falacioso e insistente com contínuas acusações de má gestão e crítico estado financeiro do Município de Castro Verde. Como se tudo o que se fez até agora em Castro Verde, fosse possível apenas com o FEF que a autarquia recebe anualmente.

Mas sem entrar em pormenor relativamente às propostas do PS, até porque algumas delas estão inscritas no plano e orçamento de 2017 de outras autarquias deste concelho, importa esclarecer os senhores Vereadores do PS que:

A remodelação e requalificação da Rede de Abastecimento de Águas está a ser feita. Depois de concluídos os cadastros e de se estar a iniciar a sua operacionalização através dos SIG, está em lançamento o concurso de adjudicação para a construção das câmaras de subpressão. Senhores Vereadores, não apresentem propostas de “obras” (?) que estão a ser executadas;

A requalificação do eixo Estação de Ourique, Casével, Castro Verde, Neves já se iniciou. A nossa opção foi começar no lado contrário aquele que propõem. Mas para fazer esta obra são necessários muitos recursos e foram os Vereadores do PS que se abstiveram no pedido de empréstimo que permite o financiamento para a sua concretização;

Finalmente, merece-nos também reparo a Zona de Atividades Económicas. Este projeto não é do PS e está a avançar. E a sua realização obedecerá aos calendários que a resposta das entidades e as nossas capacidades financeiras o permitam. E que mais uma vez fique claro que nunca, até ao momento, a sua não realização inviabilizou a instalação

de qualquer indústria ou investimento de monta no nosso concelho. Os calendários de execução da ZAE não estão sujeitos a interesses meramente eleitoralistas e serão aqueles que advêm de uma série de fatores que não ponham em risco a saúde financeira deste Município. A possibilidade de uma eventual candidatura a fundos comunitários será o motivo único para que se possa, de uma forma ou outra, antecipar ou atrasar o quadro temporário que temos para a sua execução.”

Apreciados os documentos previsionais para o ano de 2017, na generalidade e na especialidade, foram os mesmos submetidos a votação tendo sido aprovados por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, tendo informado que iam apresentar a posteriori uma declaração de voto relativamente à sua abstenção, e que a seguir se transcreve:

Declaração de Voto

O Senhor Presidente da Câmara enviou uma carta aos vereadores do PS a pedir-lhes contributos para as Grandes Opções do Plano de 2017. **Os vereadores do PS responderam e apresentaram 10 propostas. Destas 10 propostas, oito constaram no programa eleitoral do PS em 2013.**

Perante as propostas apresentadas pelo PS, devidamente fundamentadas, o Senhor Presidente reage sem qualquer sentido democrático, falta-nos ao respeito e acusa-nos de “hipocrisia”, “inconsistência” e “mentira descarada”.

Ou seja: primeiro pede contributos e, depois, quando estes são apresentados pelo PS, qualifica-os com linguagem imprópria e mostra-se incomodado por ter obtido uma resposta.

Como não somos todos iguais, a exemplo do que aconteceu nos repetidos momentos em que o Senhor Presidente se comportou assim, estas ofensas e esta tão grande falta de respeito não merecem qualquer resposta da nossa parte.

Mas anote-se que, em profunda contradição (o que já é muito habitual), o Senhor Presidente diz que os vereadores do PS se apoderaram das propostas da CDU. **REPETIMOS: das 10 propostas que apresentámos, oito constaram no programa eleitoral do PS em 2013.**

Por isso, a posição do Senhor Presidente daria vontade de rir se o caso não fosse tão sério e se a população do nosso concelho não nos merecesse o maior respeito.

Será que queria que não apresentássemos propostas?

Será que queria que nos demitíssemos da nossa responsabilidade?

Será que a CDU é a exclusiva detentora de todas as ideias e soluções?

Segundo o senhor Presidente da Câmara, tendo em conta as suas atitudes e aquilo que afirma, a resposta é sim para todas estas perguntas. Não é novidade, mas isto revela da sua parte um comportamento profundamente anti-democrático que julgávamos já não existir. Mas existe. E o Senhor Presidente da Câmara de Castro Verde faz questão de o adotar vezes sem conta.

Mas falemos das GOP de 2017.

Queremos lembrar ao Senhor Presidente e à maioria da CDU, sempre tão crítico com o PS, que é graças ao Governo do PS que a Câmara de Castro Verde (e as outras todas) volta a receber do

Estado o mesmo valor que recebia em 2011 e que o PSD/CDS lhe tinham cortado. São mais 2,9% de receita e isso deve-se ao Partido Socialista.

A par disso, anotamos os lamentos do Senhor Presidente sobre a acentuada descida da receita da Derrama. Quando os vereadores do PS o alertaram em 2014 e 2015 que essa diminuição iria acontecer, contestou-nos e não levou em conta o que dissemos. Agora lamenta-se!

Sobre as Grandes Opções do Plano (GOP) de 2017, importa, de modo muito sucinto, chamar a atenção para o seguinte:

1. Lamentamos que a CDU volte a recusar as propostas que apresentámos e consideramos importantes para o concelho como a Unidade Móvel Médico-Social, o Heliporto ou o reforço das ATL de Verão. No caso do Heliporto, a sua criação foi aprovada na Câmara em 2006 e nunca concretizada. Como volta a recusar esta proposta, supomos que a maioria CDU quer continuar a ver os helicópteros de emergência médica a aterrarem no relvado do campo de futebol.
2. Destacamos que as GOP são a prova real da má gestão e falta de eficácia da CDU. Isso fica claro quando se repete um conjunto de propostas que não há meio de serem concretizadas. Por exemplo: Parque Comunitário (2ª fase), requalificação do Pavilhão Desportivo, ampliação do cemitério de Castro Verde, requalificação da rede de águas ou a Zona de Atividades Económicas. Todos estes projetos estão planeados, anunciados e inscritos nas GOP há muitos anos. Mas nada está feito!
3. Respeitamos a opção política de criar um Centro de Viola Campaniça, Artes e Ofícios em Castro Verde que vai custar **UM MILHÃO** de euros. Mas não achamos esta intervenção uma prioridade neste momento! E vale a pena refletir sobre o seguinte: deste investimento, 60% serão fundos comunitários e os restantes 40% (cerca de 400.000 euros em 2017) serão a componente nacional assumida pela Câmara Municipal. Para nós, é muito mais prioritário investir estes 400.000 euros na requalificação da Rede de Águas de Castro Verde do que criar, antes disso, um Centro de Viola Campaniça, Artes e Ofícios. Não sendo este projeto dispensável, defendemos que é mais prioritário e urgente requalificação da Rede de Águas.
4. Pelo que se constata, 2017 será o ano de “todas as obras” e uma boa parte delas será graças ao Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) – uma aparente “bóia de salvação” para um mandato da CDU que é verdadeiramente para esquecer. Não fosse o PERU e as propostas novas das GOP em termos de investimento seriam um imenso vazio e um “punhado” de réplicas dos últimos 10 anos!
5. Anotamos o inexplicável recuo nas verbas reservadas para a Ação Social (menos cerca de 120.000 euros) em contraponto com um reforço na área da Cultura... o que se compreende em ano de eleições autárquicas.
6. Para nós é totalmente incompreensível que o orçamento reserve **1.000,00 euros** (isso mesmo, MIL EUROS!!) para reabilitações habitacionais. Das duas uma: ou a Câmara não quer fazer nada ou o pelouro da área social está a trabalhar tão mal que não consegue identificar um único caso com necessidade de intervenção neste domínio.
7. Finalmente, registamos como positivo neste Orçamento o que está definido para a área da Educação, embora achemos que se podia ir mais longe. Destacamos que já não era sem

tempo o avanço na requalificação da Estrada entre Castro Verde/Santa Bárbara de Padrões e A-do-Neves. E reconhecemos como boa prática os protocolos e as transferências financeiras e de competências para as juntas de freguesia do concelho.

São estas razões, sucintamente apresentadas, que justificam a nossa abstenção na votação das GOP e Orçamento de 2017.”

A proposta do Orçamento aprovada apresenta os seguintes valores: Receitas correntes: 9.214,785 €; Receitas de Capital: 3.035.215 €; Total Geral das Receitas: 12.250,000 €; Despesas correntes: 7.630.917 €; Despesas de capital: 4.619.083 €; Total Geral das Despesas: 12.250.000 €.

Ficam anexas à presente ata, dando-se por isso como aqui integralmente transcritas as propostas dos documentos previsionais ora aprovadas.

2. - Ratificação da 9ª. alteração efetuada ao Orçamento e Opções do Plano- 2016:

Ratificou a Câmara, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José Brito e Carlos Alberto Guerreiro Pereira, a 9ª.alteração efetuada ao Orçamento e Opções do Plano do ano em curso, apresentada pelo Sr. Presidente, cujos documentos se anexam à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcritos.

3. - Emissão de pareceres prévios para a renovação de contratos de aquisição de serviços:

Apreciou a Câmara a informação/proposta com o nº. de registo 817 do Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, que a seguir se transcreve:

Considerando o disposto no nº. 10 do art.º 35º, da Lei nº 7-A/2016, de 30 de março, Lei do Orçamento de Estado para 2016, adiante designado por (LOE), que aponta para a obrigatoriedade da existência de parecer prévio vinculativo do Órgão Executivo, nas celebrações de contratos de aquisição de serviços, considerados ou não essenciais, independentemente do valor da adjudicação.

Considerando a obrigação prevista no art.º 3º da Portaria nº 149/2015, de 26 de maio, que estabelece quais os requisitos cumulativos que devem instruir o pedido de parecer, e se encontram em anexo ao mapa resumo que é apresentado.

Neste sentido, solicito a V.Ex.ª, e ao abrigo do disposto no nº. 5 do art.º 35º, da LOE, parecer prévio favorável para a renovação das seguintes aquisições de serviços:

- Apoio ao atendimento nas atividades de licenciamento, urbanização, celebrado com Elsa Sofia da Silva Nilha, por ajuste direto (regime direto) pelo preço base de 730,00 €/mês.
- No âmbito das tecnologias de informação e comunicação, celebrado com Maria Isabel Colaço Constantino, por ajuste direto (regime geral) pelo preço base de 1.000,00 €/mês.
- Na área administrativa no Julgado de Paz, celebrado com Maria Cristina Brito Santos, por ajuste direto, pelo preço base de 700,00 €/mês.

Apreciado o assunto, a Câmara, no uso da competência prevista no artigo 35/5º e 10º da Lei nº.7-A/2016 (Lei do Orçamento de Estado para 2016), deliberou, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Guerreiro Pereira, emitir pareceres prévios favoráveis para a celebração do contrato de aquisição de serviços em causa, nos termos acima descritos.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL

1. - Obras particulares/outros:

- **Deliberação final sobre processo de obras:**

Apreciou a Câmara e aprovou, por unanimidade e nominalmente, os projetos das especialidades apresentados por Ana do Carmo Sidoncha Romeiro Costa para efeitos de deliberação final sobre o processo de obras nº. 12/2016, referente à construção de uma habitação unifamiliar na Rua Eugénio de Andrade, lote 22, em Castro Verde.

DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1. - Adesão à iniciativa “Cidades pela Vida - Cidades contra a Pena de Morte”

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“A Câmara Municipal de Castro Verde, certa que cada comunidade local, pela voz dos próprios órgãos representativos, possa trabalhar na qualidade de entidade coletiva capaz de contribuir para aumentar o respeito pela vida e pela dignidade do homem em qualquer parte do mundo;

preocupada pela persistência em muitos Estados da prática desumana da pena capital;

sob proposta da Comunidade de Sant’Egídio, fundadora da rede de Municípios “Cidades pela Vida/Cidades contra a pena de Morte” - “Cities for life/Cities against the Death Penalty”, unidas na Europa e no mundo pela vontade comum de acelerar a definitiva eliminação da pena capital do panorama jurídico e penal dos Estados;

com vista à votação sobre a Resolução das Nações Unidas em prol de uma Moratória universal das execuções capitais que se realizará no mês de Dezembro de 2016 na Assembleia Geral da ONU;

Delibera:

a adesão do Município de Castro Verde à iniciativa da Comunidade de Santo Egídio “Cidades pela Vida - Cidades contra a pena de Morte” - “Cities for life/Cities against the Death Penalty”, e declara o dia 30 de Novembro, Dia “Cidades pela Vida - Cidades contra a pena de Morte” “Cities for life/Cities against the Death Penalty”,

A Câmara Municipal de Castro Verde empenha-se a fazer desta adesão motivo de acrescida responsabilidade, operando em todos os âmbitos de própria competência para que sejam assegurados espaços de adequada informação e sensibilização sobre as motivações da recusa dessa prática e sobre o processo da campanha abolicionista no mundo.

Da referida adesão, a Câmara Municipal dará a mais ampla divulgação.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente aderir à iniciativa “Cidades pela Vida - Cidades contra a Pena de Morte”, nos termos propostos pelo Sr. Presidente.

2. - Concessão de cartões sociais:

De acordo com a informação nº.814 da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto e respetiva documentação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Lucinda Maria Guerreiro Paulino, residente no Monte da Sete; Maria Matilde Valente Alves Silva, residente em Castro Verde, ambas no escalão A; e a Cândida Veríssimo Baião, residente em São Marcos da Ataboeira; Joaquina Rosa Ireneu Santos Vitorino, residente em Casével; e a Dora Maria Guerreiro Santiago, residente em Castro Verde, todas no escalão B.
- Renovar os cartões sociais de Maria José Guerreiro Ferro, residente no Monte da Sete, no escalão A, e de Maria dos Anjos Gonçalves Malveiro Silva, residente em Casével, no escalão B.

3. - Concessão de subsídio ao Grupo Coral Feminino “As Atabuas” de São Marcos da Ataboeira:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

Na sequência da solicitação que se anexa e, atendendo a que o Grupo Coral Feminino “As Atabuas”, de São Marcos da Ataboeira, desempenha um papel ativo na nossa comunidade, conforme demonstram as parcerias estabelecidas com a Autarquia e as suas próprias dinâmicas nos últimos tempos, proponho a atribuição de um apoio de 500 € a este Grupo Coral, para que o mesmo possa fazer face às despesas com a iniciativa no âmbito do seu “XIV Aniversário e Encontro de Grupos Corais Alentejanos”, realizada no dia 22 de Outubro de 2016.

A Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente conceder ao Grupo Coral Feminino “As Atabuas”, de São Marcos da Ataboeira, o apoio financeiro proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, autorizando o respetivo pagamento.

4. - Jovens de Castro Verde no Parlamento Europeu - Voto de Congratulação e Apoio:

Apresentou o Sr. Vereador Paulo Nascimento a seguinte proposta:

“A Escola Secundária de Castro Verde participou na iniciativa “Euroescola/Parlamento dos Jovens” (tendo obtido um despenho muito positivo), no âmbito da qual lhe foi atribuído como prémio uma viagem ao Parlamento Europeu, em Estrasburgo, onde 24 alunos do ensino secundário de Castro Verde participarão numa sessão como jovens europeus, debatendo as temáticas “Como favorecer o desenvolvimento sustentável? ou “Que futuro para a Europa?”, entre outras, que terá lugar no próximo dia 28 de Outubro.

Tendo presente;

A importância que este tipo de iniciativas têm para as sociedades democráticas, assumindo-se como estímulos à participação cívica dos jovens e à construção de uma cidadania plena de direitos e responsabilidades, contribuindo para a aproximação dos jovens dos centros de decisão;

O desempenho de qualidade que os representantes do Agrupamento de Escolas de Castro Verde envolvidos no Programa “Euroescola/Parlamento dos Jovens”, revelaram ao longo da sua participação, afirmando o nome de Castro Verde e a importância da sua comunidade educativa;

Proponho:

I.

A aprovação de um voto de congratulação pelo trabalho desenvolvido e os resultados alcançados junto de todos os atores, em especial os alunos, do Agrupamento de Escolas de Castro Verde que estiveram e estão envolvidos na participação neste programa.

II.

A continuação do apoio da autarquia nesta iniciativa, nos termos da comunicação anexa, e na sequência de contatos recentes com a Direção do Agrupamento de Escolas de Castro Verde e os coordenadores deste projeto, atribuindo um apoio financeiro de 500 € ao Agrupamento de Escolas de Castro Verde, para fazer face a despesas relacionadas com a deslocação ao Parlamento Europeu, e o apoio logístico necessário ao transporte interno para o aeroporto.”

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente aprovar o voto de congratulação e o apoio financeiro e logístico ao Agrupamento de Escolas de Castro Verde, conforme proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento.

5. - Programa Atividade Com' Vida - Época Desportiva 2016/2017:

Apresentou o Sr. Vereador Paulo Nascimento a seguinte proposta:

“No âmbito da ação da Câmara Municipal de Castro Verde na área do Desporto e Atividade Física, devidamente enquadrada pelas opções estratégicas que estão na base da elaboração dos documentos previsionais da autarquia, junto remeto proposta de dinamização do Programa Atividade Com' Vida para a época 2016/2017.

A proposta apresentada resultou do desenvolvimento de um conjunto de ações dinamizadas nos dois últimos meses, nomeadamente:

- Reflexão em torno da dinâmica alcançada na última época do Programa, numa ótica de melhorar o serviço prestado, equacionando os recursos disponíveis e as necessidades diagnosticadas.
- Dinamização de sessões de esclarecimento sobre o Programa em várias localidades do concelho.
- Contato com os parceiros do Programa (Juntas de Freguesia, IPSS,s, Agrupamento de Escolas, etc.) no sentido de acordar o planeamento necessário.
- Análise do universo de inscrições que se verificam durante o período em que as mesmas decorreram.

Os objetivos gerais e transversais que se pretendem atingir com os diferentes projetos que compõem o Programa Atividade Com' Vida, estão expressos no enquadramento da proposta apresentada.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, dinamizando o Programa Atividade Com' Vida para época 2016/2017, conforme documento anexo à presente ata, dando-se, por isso como aqui integralmente transcrito.

6. - Adenda à Tabela de Preços Municipais:

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“Considerando que no dia 1 de Outubro, foram retomadas as sessões de cinema, incluindo as de caráter 3D, que pressupõem o uso específico de óculos de visionamento para o efeito;

Considerando a necessidade de estabelecer um preço específico, que por sua vez é competência própria da Câmara Municipal, cf. dispõe o art.º 33º./1-e) do anexo I à Lei nº.75/2013, de 12 de Setembro:

Proponho que o art.º 84, a Secção V - Cine Teatro Municipal, da Tabela de Preços do Município, seja aditada a seguinte informação:

- 84.3. - Exibição cinematográfica - Ingresso pro sessão:
84.3.4. - Sénior - maiores de 65 (mediante apresentação de BI ou CC):2,70 €.
- 84.4. - Exibição cinematográfica 3D - Ingresso por sessão:
84.4.1. - Menores de 12 anos - matinés infantis 3D:0,50 €.
84.4.2. - Titulares de “cartão jovem” e jovens até 18 anos3,20 €.
84.4.3. - Outros3,75 €.
84.4.4. - Sénior 3D (maiores de 65 (mediante apresentação de BI ou CC)).....3,20 €.

Nota: No caso de o espetador ser possuidor de óculos 3D, aplicam-se os preços normais.”

Apreciado o assunto, onde o Sr. Vereador Paulo Nascimento informou que esta adenda complementa a deliberação tomada na reunião 28 de Setembro último, relativa à fixação do preço de venda de óculos de visionamento de filmes 3D, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar a proposta acima descrita.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 16,30 horas, qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.